

# 17ª Conferência Internacional da LARES

São Paulo - Brasil  
13 a 15 de Setembro de 2017



## VITÓRIA, UMA CIDADE RESILIENTE PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS IMOBILIÁRIOS?

Erik Lorenzon Coutinho<sup>1</sup>, Daniel Ferreira Falcão<sup>2</sup>, Flavia Nico Vasconcelos<sup>3</sup>

<sup>1</sup> FGV – Fundação Getúlio Vargas, Vitória/ES – Brasil, [erik@lorenge.com.br](mailto:erik@lorenge.com.br)

<sup>2</sup> UFF - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil, [dfalcao.uff@gmail.com](mailto:dfalcao.uff@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Vila Velha UVV-ES, [flavia.nico@uvv.br](mailto:flavia.nico@uvv.br)

### RESUMO

A resiliência das cidades tem sido tratado como aspecto novo e de crescente relevância para o investidor imobiliário. Partindo do conceito de cidade resiliente, nossa proposta é de provocar no investidor imobiliário de longo prazo um olhar mais amplo sobre a cidade onde se quer investir. Entram na perspectiva de análise as características que determinam a sobrevivência, a capacidade de ascensão e também as chances de decadência das cidades. Movimentos tais que inevitavelmente vão trazer consigo a valorização ou desvalorização dos seus ativos imobiliários. O método aqui proposto é analisar a resiliência da cidade, ou seja, o quanto vulnerável ela é pela sua geografia, ambiente, disponibilidade de recursos, infraestrutura e comunidade, e o quanto é capaz de se recuperar de possíveis impactos, dado sua estrutura de governança, qualidade das instituições, capacidade técnica e acesso a recursos financeiros. A análise foi feita com referencial teórico secundário sobre cidades resilientes e utilizou-se como norteador os aspectos de cidades resilientes levantados pelo estudo do *Grosvenor Group*, bem como o ranking de cidades resilientes feito por eles. Também utilizou referências primárias com documentos da cidade escolhida como nosso estudo de caso - a cidade de Vitória-ES. O estudo indica que a cidade de Vitória-ES mostrou um nível de resiliência compatível com a média nacional brasileira e bem abaixo do nível de outras cidades de países tidos como mais desenvolvidos de acordo com o ranking do *Grosvenor Group*.

**Palavras-chave:** Cidades Resilientes. Investimento Imobiliário. Vitória-ES. Relatório de Resiliência Grosvenor Group.

# 17ª Conferência Internacional da LARES

São Paulo - Brasil  
13 a 15 de Setembro de 2017



## VITÓRIA, A RESILIENT CITY FOR INVESTMENTS IN REAL ESTATE ASSETS?

**Erik Lorenzon Coutinho<sup>1</sup>, Daniel Ferreira Falcão<sup>2</sup>, Flavia Nico Vasconcelos<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> FGV – Fundação Getúlio Vargas, Vitória/ES – Brasil, [erik@lorenge.com.br](mailto:erik@lorenge.com.br)

<sup>2</sup> UFF - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil, [dfalcao.uff@gmail.com](mailto:dfalcao.uff@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Vila Velha UVV-ES, [flavia.nico@uvv.br](mailto:flavia.nico@uvv.br)

### ABSTRACT

The objective of this work is to bring to long-term real estate investors, a broader view of the city where one wants to invest, by assessing characteristics that will determine the city's strengths to survive, its ability to rise and also chances to decay. Such rise and fall movements will inevitably bring along the appreciation or depreciation of the city's real estate assets. The proposed method is to analyse the resilience of the city, that is, how vulnerable it is by its geography, environment, resource availability, infrastructure, community, and how much it is able to recover from possible impacts, given its governance structure, quality of institutions, technical capacity and access to financial resources. This analysis has been run on the city of Vitória-ES, which has presented a level of resilience compatible with a supposed Brazilian national average and well below the level of other cities in more developed countries.

**Keywords:** Resilient Cities. Real Estate Investment. Vitória-ES. Grosvernor Group Resilience Report.

## 1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista do investidor em ativos de base imobiliária, a maior motivação para o estudo da resiliência de uma cidade é ir além das medições clássicas de risco do investimento imobiliário, como a projeção da demanda e da geração de oferta, a estimativa de valores futuros de aluguel e de taxas de vacância etc. Estas projeções vão gradualmente perdendo a sua relevância à medida que o objetivo do investimento vai caminhando cada vez mais em direção ao longo prazo, especialmente em um mundo onde os padrões de mudança estão cada vez mais acelerados.

É neste cenário que cabe refletirmos sobre o conceito de resiliência aplicado às cidades na percepção do investidor imobiliário. “Na perspectiva do investidor imobiliário, a resiliência permite que as cidades preservem o valor dos imóveis e gerem uma renda locatícia mais sustentável ao longo do tempo” (GROSVENOR GROUP, 2014).

Atualmente mais pessoas vivem em áreas urbanas do que em áreas rurais, com 54% da população mundial residindo em áreas urbanas (ONU, 2014). A projeção é que em 2050 a população urbana chegue a 66% da população mundial. As cidades são também o principal *locus* do desenvolvimento cultural e da produção econômica mundial.

Os desafios urbanos são muitos, vão desde a necessidade de atender às demandas por qualidade de vida, passando pelos impactos negativos da industrialização e incluindo os riscos ambientais, sejam eles controláveis ou não. A maior ou menor habilidade das cidades em se preparar para estes desafios faz com que sejam mais ou menos resilientes. “As cidades mais resilientes são aquelas com menor vulnerabilidade e com maior capacidade de adaptação às adversidades” (GROSVENOR, 2014). A resiliência de uma cidade, portanto, “se refere à habilidade de resistir e se recuperar rapidamente de possíveis danos” (ONU, 2012).

O tema é de atual preocupação de várias instituições de importância global, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o *World Economic Forum* (WEF), que vêm desenvolvendo e publicando vários estudos sobre o assunto, fortemente relacionados à sustentabilidade e perseverança da raça humana.

O Sindicato da Habitação de São Paulo (SECOVI-SP) e a Fundação Dom Cabral (FDC) também desenvolveram um trabalho relacionado ao tema da resiliência, intitulado *Indicadores de Sustentabilidade no Desenvolvimento Imobiliário Urbano*, publicado em 2011. O objetivo foi “construir um universo de indicadores para avaliação e monitoramento da sustentabilidade, considerando-se a função dos empreendimentos imobiliários na reformulação das cidades” (SECOVI; FDC, 2011).

A importância da resiliência urbana para o mercado imobiliário é bem representada por um relatório publicado, em 2014, pela *Grosvenor Group*, uma empresa com 300 anos de história, atuando em investimento, desenvolvimento e gestão de ativos imobiliários em todo o globo. O trabalho da *Grosvenor* avaliou a resiliência de 50 cidades de importância mundial e, ao final, publicou um relatório com o ranking de resiliência destas cidades. Por ser uma empresa voltada para investimentos em ativos de base imobiliária, o estudo da *Grosvenor* é focado na construção de conhecimento que respalde investidores na escolha do “melhor lugar” para se investir. Trata-se, portanto, de um instrumento de análise de risco voltado para a construção

de cenários futuros com um olhar de longo prazo, visto que a resiliência é ligada a atributos da cidade que não mudam (como as suas características geográficas), ou que mudam com lentidão (como cultura e sistemas de governança).

Além desta introdução, a metodologia detalha como a *Grosvernor Group* decompôs o conceito de resiliência urbana em aspectos e como estes são abordados no trabalho. No desenvolvimento iniciamos com breve apresentação do município de Vitória-ES e seguimos com o levantamento de dados e informações que permitam a consideração da resiliência dessa cidade. Nos resultados consideramos o objetivo principal do estudo: levantar os aspectos da resiliência de Vitória que se destacaram como os mais relevantes para o investidor imobiliário e posicionar a cidade de Vitória no *ranking* de resiliência envolvendo outras cidades. Terminamos o estudo fazendo breves apontamentos finais.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho usa a conceituação de resiliência urbana formulada pela *Grosvernor Group* em seu trabalho de pesquisa *Resilient Cities* publicado em 2014, cujos apêndices nos foram gentilmente cedidos pela *Grosvernor*.

A resiliência como estruturada pela *Grosvernor* é, em primeiro nível, decomposta em duas *componentes macro*: Vulnerabilidade e Adaptabilidade. Em um segundo nível, cada componente macro é decomposta em cinco *áreas temáticas*. Cada área temática então é decomposta em várias componentes que aqui serão chamadas de *aspectos*.

Para a componente Vulnerabilidade, as áreas temáticas são as seguintes: Vulnerabilidade Climática, Degradação Ambiental, Recursos Naturais, Infraestrutura e Vulnerabilidade Social.

A Vulnerabilidade Climática leva em consideração as ameaças de eventos físicos relacionados à natureza, como mudanças climáticas, elevação do nível do mar, enchentes, tempestades, secas, variações de temperatura, terremotos, vulcões, tsunamis, deslizamentos de terra e incêndios florestais.

A área temática Degradação Ambiental considera as vulnerabilidades originadas pela atividade humana, que por sua vez podem ser geridas por políticas de controle de poluição, de saneamento e de expansão desordenada da mancha urbana.

Na área temática Recursos Naturais, são dois os itens principais: água e energia.

Os aspectos de Infraestrutura levados em consideração são o acesso das moradias à água, luz e gás, o déficit habitacional e o acesso da população a meios de transporte.

Em Vulnerabilidade Social, a questão é analisar os aspectos saúde, educação, cultura e crime.

Para a componente Adaptabilidade, as cinco áreas temáticas são: Governança, Capacidade Institucional, Gestão de Desastres e Planos de Emergência, Estruturas de *Funding*, Tecnologia e Sistemas de Monitoramento.

Em Governança, a preocupação é saber sobre a autonomia das lideranças municipais, a robustez do sistema legal, a aptidão dos cidadãos para participar do governo, a liberdade de imprensa e a transparência da administração pública.

A Capacidade Institucional olha os aspectos de qualidade, eficácia e longevidade das instituições locais.

Na área temática Gestão de Desastres e Planos de Emergência são considerados os instrumentos de planejamento à disposição do município e a sua gestão de riscos de enchentes e deslizamentos de terra.

Em Estruturas de *Funding* busca-se identificar a maturidade e diversificação das fontes de receita para o município.

A área temática Tecnologia e Sistemas de Monitoramento considera a produção tecnológica do município e o seu acesso a sistemas de monitoramento e previsão de tempestades, terremotos e outros eventos de impactos ambientais.

A proposta dessa pesquisa foi de utilizar o estudo da *Grosvernor Group* como um instrumento para consideração da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo/Brasil. A verificação da resiliência de Vitória, além de sua relevância para atores locais, atende a fins de investimentos imobiliários de longo prazo. A utilização desse instrumental permite uma análise sistematizada da cidade objeto do estudo de caso, bem como permite situá-la no ranking internacional.

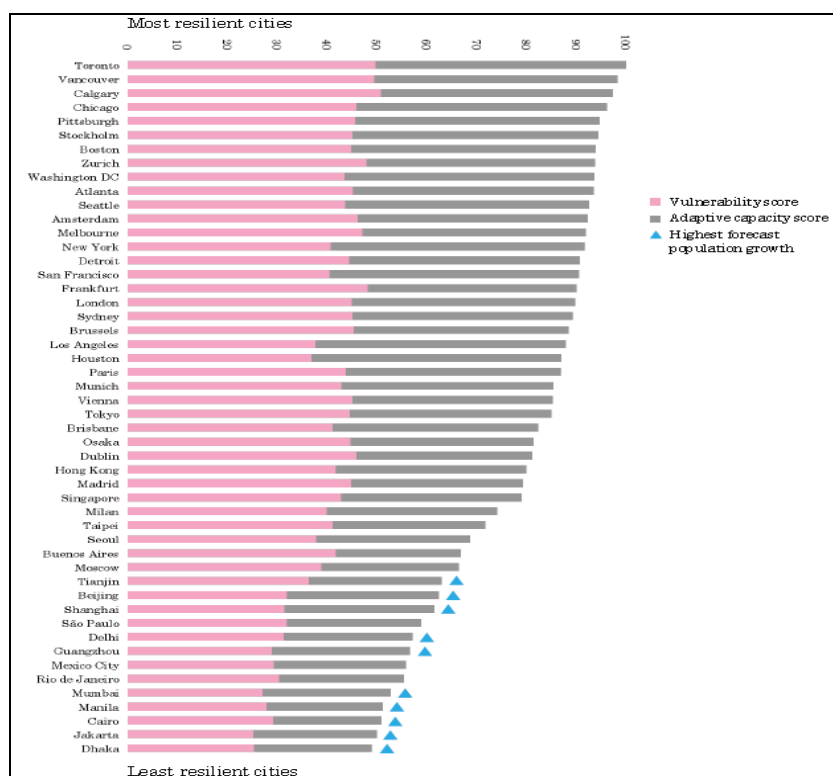
Vale ressaltar que enquanto o trabalho da *Grosvernor* produziu uma avaliação quantitativa da resiliência das cidades consolidado em um ranking, a proposta do presente estudo é fazer uma análise qualitativa da cidade de Vitória, de abordagem analítica e descritiva, com uso de referências bibliográficas e documentais.

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1 Vitória no Ranking de Resiliência da *Grosvernor Group***

Durante a pesquisa por informações sobre os aspectos da resiliência considerados neste trabalho, foi observado que os aspectos de Vitória não convergiram positiva ou negativamente a ponto da cidade se sobressair em relação a outras cidades brasileiras. Observa-se também que no ranking de resiliência das cidades publicado pela *Grosvernor*, cidades de um mesmo país obtiveram níveis muito semelhantes de resiliência. Pode-se inclusive levantar a hipótese de que a resiliência urbana possa ser, em maior parte, determinada por aspectos nacionais, mais do que regionais ou locais – aspecto a ser estudado com mais profundidade futuramente.

Figura 1 - Ranking de Resiliência das Cidades - Grosvernor Group



Fonte: GROSVERNOR GROUP, 2014

Caso fosse possível posicionar Vitória no ranking da *Grosvernor*, as chances são de que a cidade ficasse muito próxima a Rio de Janeiro e São Paulo, ou seja, a diferença de resiliência entre Vitória e estas cidades brasileiras seria pequena se comparada com o nível de resiliência de cidades em países tidos como mais desenvolvidos, aquelas que estão no topo do ranking.

### 3.2 O Investidor Imobiliário e os Aspectos Marcantes sobre a Resiliência de Vitória

Alguns aspectos analisados neste trabalho trazem consequências diretas para a valorização ou desvalorização de ativos imobiliários.

Um aspecto relevante sobre a vulnerabilidade de Vitória é a ameaça relacionada à elevação do nível do mar. Caso a elevação projetada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) se concretize, daqui a apenas 15 anos já existirão impactos em áreas densamente povoadas por população de baixa renda e também em áreas nobres da cidade. Inclui-se nas áreas a serem impactadas os bairros Bento Ferreira, Praia do Suá e Santa Lucia, de ocupação residencial e comercial, de padrão médio-alto, por onde passam vias arteriais da cidade, que por sua vez produziria um impacto indireto em toda a cidade.

Outro aspecto de vulnerabilidade marcante em Vitória são os riscos de deslizamentos de terra e de enchentes. Estes riscos, porém, são hoje já bem conhecidos e estudados, tornando possíveis ações de mitigação de risco como o *Plano Municipal de Redução de Risco de Vitória*. A grande questão passa a ser então econômica, pois as ações mitigadoras vão depender da apropriada alocação de recursos financeiros para que sejam executadas.

A escassez de áreas para ocupação em Vitória gera um fato peculiar para a mensuração da resiliência, pois significa que a fase de expansão da sua mancha urbana já terminou e, assim, a cidade não tem mais a opção de degradar áreas virgens em prol da ocupação humana, restando somente a opção de crescer verticalmente.

Outro fato peculiar vem da geografia de Vitória. Sua parte insular tem um maciço central que funciona como uma barreira à ocupação, separando naturalmente a região leste da região oeste da cidade. Este fato gera um desafio do tipo segregação social, pois a região leste é hoje ocupada pelo extrato da sociedade com renda mais alta da cidade enquanto a região oeste é ocupada por uma população com renda mais baixa.

Um aspecto positivo de Vitória que traz apreciação para os ativos imobiliários é o baixo tempo médio de deslocamento casa-trabalho. Por ser um município pequeno, com apenas 52 km<sup>2</sup> de área territorial efetivamente ocupada, é que permite que 67,49% dos trabalhadores residentes gastem menos de 30 minutos de deslocamento casa-trabalho.

Outro aspecto positivo, que gera potencial de atrair bom capital humano de outras metrópoles, é o preço dos imóveis (mais baixo se comparado com Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo) e seu Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU). Vitória possui áreas classificadas com o nível de IBEU excelente, entre 1,00 e 0,901 que aglutinam em seu território 124.085 pessoas, ou seja, 37,85% da população do município.

#### **4. DESENVOLVIMENTO - VITÓRIA, UMA CIDADE RESILIENTE?**

##### **4.1 Vitória em Números**

Vitória é a capital do Espírito Santo, que juntamente com os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo compõem a Região Sudeste do Brasil. O município é constituído por uma ilha principal, várias ilhas menores no seu entorno e uma parte continental situada ao norte, totalizando uma área de 98,194 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), sendo assim a menor capital brasileira em área territorial.

Vitória tem população estimada de 352.104 habitantes (IBGE, 2014) e integra, juntamente com os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que possui cerca de 1.884.096 habitantes (IBGE, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da cidade de Vitória é de 0.845, como divulgado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2012, colocando-se como o 4º município e 2ª capital em IDH no Brasil.

Com PIB per capita em 2012 de R\$ 86.009,28 o município concentra 49,84% do PIB da RMGV e 29,03% do PIB do Espírito Santo. A capital é responsável por 26,17% do total de empregos formais no Espírito Santo e 42,52%, na RMGV. O setor de serviços representa 45,34% dos empregos gerados na cidade e a Administração Pública responde por 28,56% (PMV, 2016).

## 4.2 Vulnerabilidade

### 4.2.1 Vulnerabilidade climática

#### *i. Elevação do nível do mar*

As mudanças climáticas projetadas pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) vão necessariamente variar de acordo com os lugares em questão. Uma das projeções do IPCC é que a temperatura vá subir ao longo da costa brasileira em menos de 1 °C até 2030. “O resultado direto no processo geomorfológico costal será de ajuste por erosão da linha costeira e de aumento de vulnerabilidade a enchentes para áreas próximas ao nível do mar” (IPCC, 2014 apud PANAMJAS, 2010).

A elevação provocará necessidade de adaptação e de reorganização dos espaços urbanos, como na Grande Vitória. O IEMA simulou o aumento do nível do mar na cidade de Vitória. Projetando de forma empírica o crescimento já ocorrido (períodos 1961 – 1993 – 2003) para o futuro, deduz-se que de 2006 a 2031, o aumento médio do nível do mar seria de aproximadamente 32,0cm (SOARES, 2009).

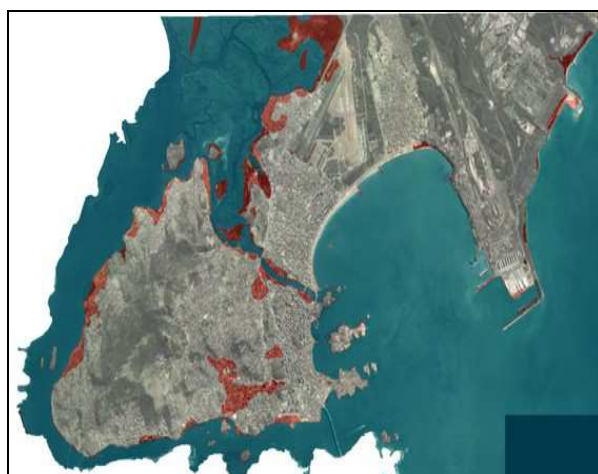
A figura abaixo mostra uma simulação das áreas impactadas para um suposto aumento de 30,0cm do nível do mar. Os impactos seriam significativos nos bairros Santo Antônio, Inhanguetá, Estrelinha, Grande Vitória, Resistência, Praia do Suá, Bento Ferreira, Monte Belo, Horto, Consolação, Bairro de Lourdes, Goiabeiras, Maria Ortiz, São Pedro, Ilha das Caieiras, Santo André, Nova Palestina, Santa Martha, Santa Lúcia e Parque Industrial. As áreas de mangue sofreriam aumento dos riscos no caso de fenômenos naturais, como tempestades e marés meteorológicas (SOARES, 2009).

Figura 2 - Áreas impactadas por aumento de 32cm do nível do mar, estimado para o ano de 2031



Fonte: SOARES, 2009

Figura 3 - Áreas impactadas por aumento de 100,0cm do nível do mar



Fonte: SOARES, 2009



Para um cenário mais extremo de aumento de 100,0cm do nível do mar, o impacto chegaria também aos bairros Joana Darc, Itararé, Santa Luiza, Pontal de Camburi, Praia do Canto, Enseada do Suá, Antônio Honório, Segurança do Ar, Jabour, Forte São João e Centro (SOARES, 2009).

*ii. Deslizamentos de terra e enchentes*

A Ilha de Vitória é caracterizada por montanhas íngremes e manguezal. Aterros foram utilizados para ampliar a oferta de terrenos para a construção de moradias. O primeiro aterro significativo foi o da região que deu origem ao Parque Moscoso. O segundo grande aterro foi o da construção do porto de Vitória, depois a Esplanada Capixaba (Av. Princesa Isabel) e a construção da avenida Beira Mar, aterrando os mangues que iam do Forte São João até Bento Ferreira. Já no final da década de 60, foi concluído o aterro da Ilha do Príncipe, ligando-a à ilha de Vitória. No início da década de 70 é feito o aterro da COMDUSA, que foi o responsável pelo desaparecimento das praias Comprida, de Santa Helena e do Barracão, além do surgimento do bairro Enseada do Suá. No início da década de 80, são feitos novos aterros de relevância, como a invasão dos mangues da zona Noroeste, na região da Grande São Pedro, acabando com uma grande área de manguezal da ilha (PMV, 2007).

As encostas de acentuadas declividades, desmatadas para fim de moradia, passam a sofrer processos de erosão que vieram a causar deslizamentos de terra e eventuais descobertas de matações e acúmulo de lixo. As regiões mais baixas também são afetadas pelo processo com transbordamentos e enchentes causadas pelos entupimentos das galerias pluviais, precárias ou não. Tudo isso traz naturalmente complicações para o ordenamento ocupacional urbano no que tange ao controle de riscos para as populações residentes nas áreas mais baixas da cidade (no caso dos aterros) e nas encostas (por causa dos deslizamentos e rolamento de matações ou desprendimento de blocos de granito) (PMV, 2007).

Os desastres mais frequentes e preocupantes no município de Vitória provocados por fenômenos de ordem natural são os deslizamentos de terra e rochas atingindo as habitações no entorno. Debalde os esforços da municipalidade, algumas ações do homem sobre o meio potencializam tais desastres como: cortes em taludes sem critério, acúmulo de lixo em barreiras, lançamento de esgoto a céu aberto, mau encaminhamento das águas da chuva, etc. (PMV, 2007).

#### **4.2.2 Degradação ambiental**

*i. Poluição do ar e das águas*

Atualmente, o problema mais notório de poluição em Vitória é o chamado “pó preto” que impacta as áreas mais nobres da cidade. O pó preto despejado no mar e no ar rende reclamações e investigações de crime ambiental há anos. Uma das principais fontes de poluição na capital, a companhia Vale, foi em 2016 interditada por cinco dias. Diversos são os relatos de pessoas impressionadas com a poluição que chega pelo ar. Em casas de diversos bairros da capital, moradores vivem com as janelas fechadas (NOBRES et al, 2016).

Em 2015, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a origem da poluição atmosférica na Grande Vitória. Depois de oito meses de trabalho, em outubro de 2015, os deputados concluíram que as empresas Samarco, Arcelor Mital e Vale são as principais responsáveis pela emissão de pó preto no ar da Grande Vitória. Em depoimentos na CPI, todos os presidentes das empresas admitiram que fazem parte da poluição na capital (NOBRES et al, 2016).

O tema do *pó preto* foi bastante investigado pelos órgãos ambientais competentes e também bem explorado pela mídia. A população aguarda a colocação em prática de medidas mitigadoras e compensatórias.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publica desde 2002 o relatório de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), estudo que reúne 63 índices com o objetivo de traçar um panorama do país nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional. No último estudo, publicado em 2015, o relatório aponta que, apesar de ainda dentro dos valores estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, houve aumento da poluição do ar na Grande Vitória.

A qualidade das águas, de acordo com o IBGE, atende os padrões estabelecidos. Entre 2007 e 2012, o monitoramento dos 29 pontos, abrangendo toda a bacia do Rio Doce no Estado, o Rio Jucu e o Rio Santa Maria da Vitória, mostrou que os índices de oxigênio estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, com exceção em 2010 do indicador do Rio Santa Maria (FOLHA VITÓRIA, 2015).

## *ii. Saneamento*

A cidade de Vitória está em 23º lugar no *Ranking do Saneamento 2014*, publicação feita pelo Instituto Trata Brasil ([www.tratabrasil.org.br](http://www.tratabrasil.org.br)) que faz um diagnóstico dos principais indicadores de saneamento básico (abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; perdas; investimentos/arrecadação) dos 100 maiores municípios brasileiros. A base de dados consultada foi extraída do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) 2012 do Ministério das Cidades.

## *iii. Expansão da mancha urbana*

Em extensão territorial, Vitória é a menor capital dos estados brasileiros, com 97,4 km<sup>2</sup>, ficando imediatamente atrás de Natal, com 167,3 Km<sup>2</sup> (IBGE 2016).

A mancha urbana atinge grande extensão do município de Vitória, excetuam-se as áreas muito íngremes, as áreas conservadas, como os mangues, e a área do Aeroporto, no continente. O espaço físico do município de Vitória está quase saturado. A ocupação já em 1989 se encontrava praticamente no limite. Todo o município em 1989 disponibilizava poucas áreas vazias, que já se encontram em franca ocupação como o bairro Enseada do Suá e o loteamento Santa Terezinha no bairro Jardim Camburi (MIRANDA, 2003). Entre os anos de 1991 e 2009 o município de Vitória apresentou uma baixa expansão de sua área urbana, de aproximadamente 0,68 km<sup>2</sup> (NETO et al, 2011).

### 4.2.3 Recursos naturais

#### *i. Água*

De acordo com o mapa de abastecimento urbano de água da Agência Nacional de Águas (ANA) (2015), a cidade de Vitória é servida pelos mananciais do Rio Jucu – subsistema Cobi (46%), Rio Jucu – subsistema Vale Esperança (29%) e Rio Santa Maria da Vitória – subsistema Carapina (25%), cuja oferta em relação à demanda do município qualifica a situação como satisfatória.

#### *ii. Energia*

O Brasil é rico em rios com excelentes potenciais hidrelétricos, ou seja, diferente da grande maioria dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, o Brasil não sustenta a base da geração de sua energia elétrica na utilização de fontes primárias não renováveis como derivados do petróleo (óleo e carvão), combustíveis radioativos (urânio, plutônio) e gás natural (DOROCHE; ANSHAU, 2015). Essa característica singular do Brasil é um diferencial na participação de geração energética, através das fontes renováveis, se comparado com o resto do mundo.

### 4.2.4 Infraestrutura

#### *i. Água, luz e gás*

Segundo o IBGE (Censo Demográfico 2010), 99,26% dos domicílios do município de Vitória são atendidos pelo abastecimento de água potável e 99,77% possuem acesso a energia elétrica. O gás, considerado essencial em latitudes mais frias, para aquecimento dos domicílios, em Vitória, tem o seu uso principalmente para cozinha e em uma minoria dos domicílios é utilizado também para aquecimento de água.

#### *ii. Habitação*

Segundo o Instituto Jones Santos Neves (IJSN), Vitória apresenta números relativos de déficit habitacional inferiores aos do Brasil, mas os índices observados revelam a existência de um déficit ainda elevado para o município. O índice de déficit habitacional urbano a nível Brasil é de 11,9% enquanto que em Vitória é de 9,7% (IJSN 2015).

#### *iii. Transporte*

Vitória apresenta em sua parte insular um maciço central que funciona como uma barreira à ocupação, condicionando o sistema viário a uma funcionalidade que restringe a comunicação das regiões leste, ocupada pelo estrato da sociedade com a maior renda de Vitória, e a região oeste, ocupada pelo estrato com a renda mais baixa de Vitória (LIRA et al, 2014). Tal característica geográfica propicia a segregação social no município que passa a necessitar, portanto, de um bom sistema de transporte, que é o serviço capaz de homogeneizar o espaço urbano em termos das assimetrias presentes em diferentes níveis.

A região leste do município (Bairros Bento Ferreira, Enseada do Suá, Praia do Canto, Jardim da Penha, entre outros) se destaca pela sua qualidade do espaço urbano. Por outro lado, em sua porção oeste, o manguezal, maciçamente ocupado por uma população de baixa renda, resultou em uma ocupação densa ao redor de uma única via arterial, estreita, sinuosa e com grandes dificuldades de intervenção.

Outro desafio é que, apesar de Vitória atrair boa parte da mão de obra e se constituir como município eixo de articulação da aglomeração da RMGV, as poucas opções de acesso ao norte (Serra) e sul (Vila Velha e Cariacica) criam gargalos que têm gerado transtornos à mobilidade nos horários de pico (RODRIGUES, 2012; JUNIOR, 2013).

Assim como em todo o país, Vitória também sofre das consequências do ciclo vicioso *aumento da frota/expansão malha rodoviária/aumento da frota* que parece não ter encontrado seu limite. O que se percebe é que, pelo menos ao longo das duas últimas décadas, há uma consolidação de um modelo único de transporte, materializado no Sistema Transcol, implantado em meados da década de 80. A ideia era formar um sistema tronco-alimentador, com alguns terminais rodoviários distribuídos em bairros estrategicamente escolhidos em função de uma centralidade relativa a zonas de expansão na malha urbana, de modo que houvesse uma integração entre eles sem custo adicional aos passageiros (LIRA et al, 2014).

Apesar dos desafios conhecidos, por ser um município pequeno, com menos de 100 km<sup>2</sup> de área total, dos quais apenas 52 km<sup>2</sup> efetivamente são ocupados (IBGE, 2016), Vitória apresenta, para a maioria dos seus residentes, um tempo de deslocamento casa-trabalho considerado por muitos autores como ideal para a qualidade de vida no meio urbano (ANGEL, 2012). De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, 67,49% dos trabalhadores residentes em Vitória levam até 30 minutos de deslocamento casa-trabalho.

#### **4.2.5 Vulnerabilidade social**

##### *i. Corrupção*

O primeiro obstáculo que se encontra ao estudar a corrupção é defini-la como prática. A dispersão conceitual e teórica sobre o objeto deixa clara a complexidade com que acadêmicos se deparam no momento de tratar efeitos e consequências do fenômeno, relacionados tanto ao sistema político como ao econômico e social. Igualmente adversa é a tentativa de compreender a variedade com que o fenômeno se apresenta em contextos e épocas distintas, e como a opinião pública julga e se posiciona diante das práticas corruptas (FRAIHA, 2014).

O uso da medida de corrupção tem como principal referência o Índice de Percepção da Corrupção (IPCorr) da agência não-governamental Transparência Internacional (TI). Por iniciativa da TI, sediada em Berlin e, em parceria com a Universidade de Göttingen, o IPCorr tem sido um dos mais utilizados indicadores de corrupção a nível global, cujo ranking de 2015 coloca o Brasil em 76º lugar, sendo o 1º lugar o menos corrupto.

Segundo Simões (2013), no que se diz respeito ao processo de desenvolvimento da corrupção no Espírito Santo, a opinião pública se manteve estavelmente negativa entre os anos de 2007 e 2011. Teve-se um mínimo, em 2007, de 57,75% afirmando que a corrupção aumentou nos

três anos anteriores, e um máximo de 67% afirmando que a corrupção aumentou nos três anos anteriores em 2008.

Importante destacar que em pesquisas dessa natureza, eventos em outras esferas podem afetar a percepção das pessoas. Os casos do Mensalão, em 2005, e dos Sanguessugas, em 2006, por exemplo, podem, por certo afetar os índices pela exposição a que são submetidos na mídia nacional e local (SIMÕES, 2013).

Pesquisa Datafolha realizada em dezembro de 2015 sobre corrupção e política mostra que a imagem dos políticos brasileiros piorou. Para dois terços dos brasileiros adultos (65%), a maioria dos políticos está envolvida em casos de corrupção, para 29% a minoria deles está envolvida e para 3% é raro o envolvimento.

Na comparação com a pesquisa anterior, de junho 2005, no início das denúncias do Mensalão, a percepção que a maioria dos políticos está envolvida em casos de corrupção cresceu 19 pontos (era 46%), enquanto a taxa que declararam que apenas a minoria dos políticos está envolvida recuou treze pontos (era 42%).

## *ii. Cultura*

Vitória passou e ainda passa por um processo de descentralização e metropolização, fazendo com que algumas áreas sejam mais visadas que outras, mudando o foco econômico, político, cultural da região do Centro da Capital para outras regiões. Esse processo resultou num Centro Histórico perecendo e passando a imagem de obsoleto, velho, degradado, violento e desvalorizado em amplo sentido (SANTOS, 2014).

O IBGE divulgou em 2014 os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) realizadas sobre a temática da cultura, nas 5.570 municipalidades brasileiras.

A publicação aborda aspectos relevantes da cultura, fornecendo informações sobre o panorama do setor no que diz respeito à existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos (IBGE, 2014).

Além da obsolescência do Centro Histórico citada por Santos (2014), a Prefeitura de Vitória não promoveu ações de reforma ou modernização em vários equipamentos culturais, como registrado pela MUNIC 2014.

Pelo lado positivo, é fato que Vitória conta, desde 2014 com um Plano Municipal de Cultura, cujo “objetivo é fazer com que ações culturais da cidade para os 10 anos seguintes sejam desenvolvidas como Políticas de Estado, definidas democraticamente pela sociedade, a partir das metas aprovadas na Lei do Plano Municipal de Cultura” (PMV, 2014).

**Tabela 1 - Dados da MUNIC 2014 sobre ações de reforma ou modernização de equipamentos culturais em Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo**

	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Desenvolveu, nos últimos 12 meses, programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização	Sim	Sim	Sim
Museu	Sim	Sim	Sim
Biblioteca pública	Não	Sim	Sim
Biblioteca comunitária	Não	Não	Não
Cinema	Não	Sim	Não
Teatro	Não	Sim	Sim
Centro cultural	Sim	Sim	Sim
Arquivo público	Não	Sim	Sim
Outros	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, 2014, grifos nossos

**Tabela 2 – Dados da pesquisa do IBGE sobre Plano Municipal de Cultura para Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo**

	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Plano Municipal de Cultura - existência	Sim	Não	Em elaboração
Ano da lei	2014	-	-
Fase da elaboração	-	-	Em discussão com a sociedade
Foi elaborado com a participação da sociedade civil	Sim	-	-
Por intermédio de:			
Audiência pública	Não	-	-
Conselhos	Sim	-	-
Fóruns	Não	-	-
Consulta pública	Sim	-	-
Grupo de trabalho	Sim	-	-
Conferência	Não	-	-
Vigência do plano	2024	-	-
O plano possui metas	Sim	-	-

Fonte: IBGE, 2014, grifos nossos

### iii. Desigualdade social

O Coeficiente de Gini é um indicador comumente utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, este coeficiente varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero há mais igualdade de renda e quanto mais próximo de um há mais desigualdade.

Segundo o censo demográfico de 2010 do IBGE, Vitória atingiu o coeficiente de Gini de 0,6124, aumentando a desigualdade desde o censo demográfico de 2000, quando o coeficiente era de 0,5835. Comparando com a cidade do Rio de Janeiro que em 2010 ficou com o coeficiente em 0,6391 e São Paulo, que no mesmo ano, ficou com 0,6453, Vitória se mostra menos desigual que estas grandes cidades.

### iv. Educação

Um importante indicador, representativo da qualidade da educação básica, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), composto pelo produto entre a taxa de aprovação e a nota da Prova Brasil (composta pela média aritmética das notas normalizadas das provas de língua portuguesa e matemática). O IDEB vem aumentando de maneira

consistente e, de maneira geral, também atingindo as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (LIRA et al, 2014).

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, das pessoas com 25 ou mais de idade residentes em Vitória, 38,40% tinham o ensino fundamental incompleto, 15,50% tinham o fundamental completo, 30,90% tinham o ensino médio completo e 15,20% tinham o ensino superior completo.

#### v. *Custo de vida*

A plataforma colaborativa custodevida.com.br, que desde 2011 coleta informações sobre o custo de vida nas cidades, elenca Vitória como a 11ª capital mais cara do país. A tabela abaixo mostra a comparação feita pelo sítio do custo de alguns itens nas cidades de Vitória e São Paulo.

**Tabela 3 - Custo de Moradia e Educação em Vitória e São Paulo**

<b>Moradia</b>	<b>São Paulo - SP</b>	<b>Vitória - ES</b>	
Aluguel kitchenette (região cara)	R\$ 1.657,41	R\$ 805,56	▼ 51,4%
Aluguel apartamento 2qts (região cara)	R\$ 2.425,00	R\$ 1.130,00	▼ 53,4%
Aluguel apartamento 3qts (região cara)	R\$ 3.329,17	R\$ 1.690,00	▼ 49,2%
Aluguel kitchenette (região barata)	R\$ 908,00	R\$ 471,43	▼ 48,1%
Aluguel apartamento 2qts (região barata)	R\$ 1.332,14	R\$ 677,78	▼ 49,1%
Aluguel apartamento 3qts (região barata)	R\$ 1.759,58	R\$ 1.000,00	▼ 43,2%
<b>Educação</b>	<b>São Paulo - SP</b>	<b>Vitória - ES</b>	
Mensalidade pré-escola	R\$ 1.050,78	R\$ 1.133,33	▲ 7,9%
Mensalidade ensino fundamental	R\$ 1.135,00	R\$ 1.149,67	▲ 1,3%
Mensalidade ensino médio	R\$ 1.507,50	R\$ 962,50	▼ 36,2%
Mensalidade faculdade (curso de Administração)	R\$ 1.029,50	R\$ 684,00	▼ 33,6%

Fonte: FRANCO, 2016

#### vi. *Saúde*

Estudo publicado em 2008 pela Organização Pan-Americana de Saúde avaliou, para as capitais brasileiras, vários indicadores para a saúde e mostrou que Vitória se coloca medianamente no ranking das capitais com os seguintes índices:

- População de 15 anos e mais com excesso de peso: 37,5%.
- População com 15 anos e mais com consumo médio diário de bebidas alcoólicas considerado de risco nos últimos 30 dias: 12,4%.
- Percentual de indivíduos insuficientemente ativos na população de 15 a 69 anos: 32,3%.
- Percentual de indivíduos que referiram ter diagnóstico clínico de hipertensão em pelo menos uma consulta, entre os que referiram ter realizado exame para medir a pressão arterial nos últimos dois anos, na população de 25 anos ou mais: 26,6%.

*vii. Crime*

A criminalidade impacta diretamente o valor de um ativo imobiliário. Vandalismo, roubos, homicídios fazem com que residentes e comerciantes procurem outras áreas mais seguras. A incidência de crimes, sempre evidenciada pela mídia, tem o poder de influenciar negativamente o apetite do morador ou comerciante a se instalar no local. Áreas mais seguras, portanto, dão mais estabilidade ao valor dos imóveis ao longo do tempo.

A análise espacial dos crimes de homicídios dolosos e roubos reforçam as hipóteses trabalhadas na criminologia da desordem e desorganização social para o primeiro tipo de crime, e por outro lado, de alvo atrativo, oportunidade e baixo controle para o segundo tipo. Ou seja, crimes violentos, como homicídios, tendem a ocorrer em espaços desorganizados física e socialmente, enquanto que, os roubos costumam ocorrer em regiões economicamente atrativas, e em momentos de pouca vigilância policial e comunitária. Consequentemente, a tipologia socioespacial reafirma a presente análise, pois como visto, apontam ligação das regiões de tipo Popular com os crimes de homicídios (geralmente mais desorganizadas), e as regiões Superior-médio com os roubos (geralmente mais atrativas economicamente) (LIRA, 2014).

Em 2010, em toda a RMGV foram registrados 1.175 homicídios dolosos (SESP, 2010). Em Vitória, o mapa dos homicídios dolosos demonstra que aglomerados (*clusters*) da grande São Pedro e conjunto de bairros da Ilha do Príncipe e seu entorno evidenciaram alta concentração de crimes letais. Para o mesmo ano de 2010, a RMGV computou 8.271 roubos a pessoa em via pública, de residência/condomínio e de veículo. Para o município de Vitória o mapa dos roubos apresenta os *clusters* Enseada do Suá, Praia do Canto, Barro Vermelho, Jardim da Penha, Centro e Parque Moscoso com alta concentração de crimes violentos contra o patrimônio.

Dos 8.271 roubos a pessoa em via pública, de residência/condomínio e de veículo computados no mesmo ano, a maioria ocorreu entre os meses de março e setembro, e concentração de ocorrência entre às 12 horas e 23 horas, destacando um pico entre às 19 horas e 22 horas (SESP, 2010).

*viii. Bem-estar*

Com o objetivo de avaliar as condições urbanas das regiões metropolitanas brasileiras, o Observatório das Metrôpoles (grupo reunindo 159 pesquisadores e 59 instituições dos campos universitário, governamental e não-governamental, sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) construiu o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), que mensura e compara múltiplas dimensões da vida urbana que impactam sobre a qualidade de vida de seus habitantes.

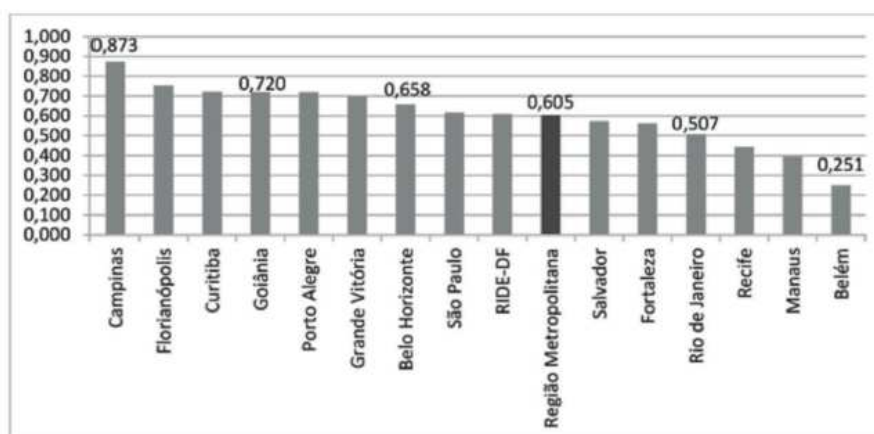
A metodologia do IBEU toma como base os dados do Censo IBGE 2010, possibilitando a construção do índice com base em cinco dimensões: (1) mobilidade urbana, (2) condições ambientais urbanas, (3) condições habitacionais urbanas, (4) condições de serviços coletivos urbanos e (5) infraestrutura urbana.



Uma primeira análise possível é a comparação entre as 15 regiões metropolitanas do Brasil, consideradas no cálculo do IBEU Global. Considerando o conjunto das regiões metropolitanas, o valor da média obtido é 0,605. Esta média está dentro da faixa considerada regular (entre 0,700 e 0,501). O IBEU da RMGV (0,699) posicionou-se na mesma faixa.

Observa-se que do conjunto das regiões metropolitanas nenhuma alcançou o nível excelente de IBEU (entre 1,000 e 0,901).

**Figura 4 - IBEU, segundo Regiões Metropolitanas, 2010**



Fonte: Ribeiro; Ribeiro, 2013

Vitória possui áreas classificadas com o nível de IBEU excelente (entre 1,00 e 0,901) que aglutinam em seu território 124.085 pessoas, ou seja, 37,85% da população do município; áreas, com um total de 107.882 pessoas (32,91%) com IBEU muito bom (entre 0,900 e 0,801) e outras áreas, com população 95.834 pessoas (29,23%), com IBEU bom (entre 0,800 e 0,701).

#### ix. Dinâmica demográfica

A RMGV é formada pela capital do Espírito Santo, Vitória, e por mais seis municípios: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha. O espaço metropolitano compreende 1.687.704 pessoas (IBGE 2010), o que representa 48% da população do Estado em 2010, de 3.514.952 habitantes.

Vitória, a capital do Estado, conta com 327.801 habitantes, é o município com a maior densidade demográfica do Estado, com mais de 3 mil habitantes por km<sup>2</sup> e obteve uma das menores taxas anuais (1,15%) de crescimento do período entre os Censos do ano de 2000 e 2010.

A forma e a evolução da pirâmide etária da RMGV no período de 2000 a 2010 traduzem os efeitos conjuntos da transição demográfica, responsável pela redução da base e pelo engrossamento do topo, e da migração, que ocasiona o aumento dos grupos etários que representam os jovens adultos.

As populações adulta e idosa aumentaram. Em 2010, 12,1% dos moradores de Vitória tinham 60 ou mais anos de idade.

A fecundidade de Vitória que já estava em patamares baixos em 2000, inclusive abaixo do nível de reposição de 2,1 filhos por mulher, continuou apresentando a tendência de declínio, atingindo, em 2010, o valor de 1,38. Esse padrão explica a transição demográfica de Vitória como a mais avançada da RMGV, com o progressivo envelhecimento da população.

Um aspecto importante que deve ser considerado na análise das áreas metropolitanas refere-se à tendência ao deslocamento das atividades econômicas dos núcleos regionais para os outros municípios, como decorrência das pressões do capital imobiliário pelo uso dos espaços mais nobres, bem como pela ação do Estado para a regionalização econômica (BRITO; SOUZA, 2005).

Vitória destaca-se por ser o único município da RMGV a registrar saldo migratório negativo, tanto em 2000 quanto em 2010. Esse resultado ajuda a explicar o baixo crescimento populacional do município.

Os maiores saldos migratórios, nos dois períodos analisados, encontram-se em Serra e em Vila Velha. Cumulativamente, nos 10 anos de intervalo medidos pelo Censo, enquanto Vitória ficou com um saldo migratório negativo de 40.722 pessoas, Serra contabilizou um saldo migratório positivo de 56.536 pessoas e Vila Velha 44.263.

Os resultados apresentados indicam uma desconcentração populacional da capital da RMGV e um ganho populacional, por meio da migração, das periferias metropolitanas. Esse processo, denominado por alguns autores como “inversão demográfica”, acompanham de certa forma uma tendência verificada em várias regiões metropolitanas do Brasil (LIRA et al, 2014).

Importante ressaltar que no lado da imigração, a componente interestadual foi a mais expressiva em Vitória, representando, no período 2005-2010, um percentual de 45,9% dos imigrantes.

### **4.3 Adaptabilidade**

#### **4.3.1 Governança**

##### *i. Autonomia das lideranças municipais*

“No Brasil o município é um ente federativo, caso único nos sistemas federais contemporâneos. Tem autonomia plena nos âmbitos político, administrativo, legislativo e financeiro” (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003). A nova Carta estabeleceu competências comuns para a União, Estados e municípios nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, habitação e saneamento, meio ambiente, proteção do patrimônio histórico, combate à pobreza e integração social dos setores desfavorecidos, e educação para o trânsito. Legislação complementar deveria definir as formas de cooperação entre os três níveis de governo (Constituição Federal, Art.23, 1988).

##### *ii. Sistema legal*

Um fato recente, marcante para a melhoria da qualidade da Justiça no Brasil, foi a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2004, pela Emenda Constitucional 45 (a chamada

Reforma do Judiciário) para exercer a função de controle externo do Judiciário, incluindo dois tipos de atribuições: uma, de planejamento estratégico e gestão administrativa dos tribunais; a outra, de controle disciplinar e correccional das atividades dos magistrados (SERBENA et al, 2013).

O Conselho Nacional de Justiça-CNJ, através do seu Departamento de Pesquisas Judiciárias, vem produzindo e divulgando relatórios estatísticos anuais sobre o sistema judicial brasileiro, através do sistema denominado *Justiça em Números*.

Durante o ano de 2010 ingressaram 24,2 milhões de processos nas três esferas da Justiça (Estadual, Federal e Trabalhista), sendo que havia no mesmo período 59,2 milhões de processos pendentes. Aproximadamente 22,2 milhões de sentenças foram proferidas (BRASIL, 2010), ou seja, nesse ano de 2010 o sistema não deu conta de lidar com a taxa de ingresso de novos processos e terminou o ano de 2010 com mais processos pendentes do que já tinha.

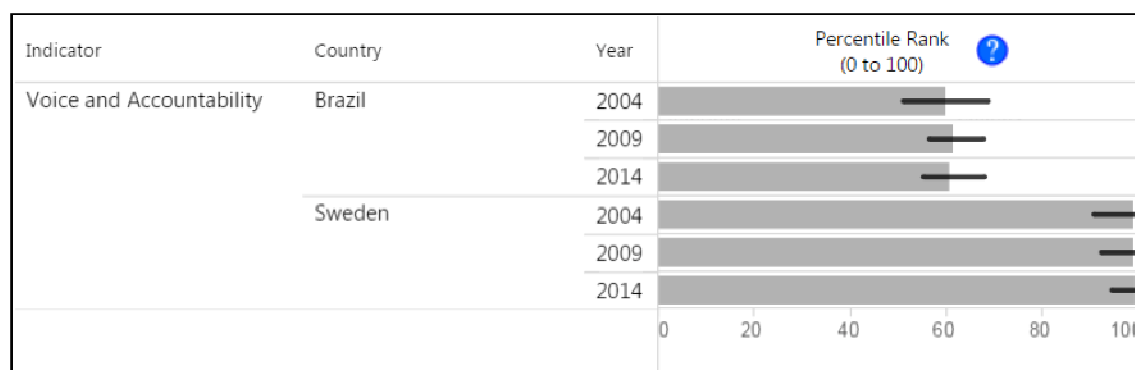
Como afirma Serbena (2013), o grande problema brasileiro não seria a desproporção entre as demandas que integram e que deixam o sistema, com índices próximos ao da média da comunidade europeia, por exemplo, mas a grande quantidade de processos pendentes de julgamento, os quais impactam a taxa de congestionamento.

### iii. *Voice and Accountability (VoC)*

A dimensão *Voice and Accountability* representa a “extensão na qual os cidadãos de um país estão aptos para participar na seleção dos governos”, assim como o papel da mídia independente em “monitorar as autoridades e mantê-las responsivas de suas ações” (KAUFMANN et al, 2002).

De acordo com os números publicados pelo World Bank o Brasil mantém o seu nível de *Voice and Accountability* estável desde 2004 mas ainda em nível muito baixo quando comparado com nações como Suécia, notada pelo mais alto índice de VoC entre as nações estudadas pelo World Bank.

**Figura 6 - Comparação do VoC entre Brasil e Suécia**



Fonte: WORLD BANK, 2014

*iv. Participação popular*

Segundo o IPEA (2011), um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostra que o aumento da participação popular na elaboração das políticas aumenta sua eficácia, ampliando o acesso aos serviços públicos e melhorando o desempenho administrativo. O estudo constatou que cidades com maior participação popular apresentaram, em proporção à população, um número três ou quatro vezes maior de creches e de matrículas no ensino fundamental, além de um número de consultas e de leitos do SUS, melhor desempenho administrativo e melhor receita tributária.

Com a nova Constituinte, a participação popular na elaboração, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas ganha institucionalidade, já que a Carta prevê a criação de instâncias específicas com este fim, obrigatórias no caso de setores onde existem fundos a serem geridos, como saúde e educação.

Ao longo dos anos 1990, firma-se a ideia da participação em conferências e se multiplicam os conselhos municipais de políticas públicas, com a eleição de representantes da sociedade civil e indicação dos representantes municipais, primeiro nas principais capitais, logo nas cidades médias (IPEA, 2011).

Vitória hoje conta com 39 Conselhos Municipais que contam com membros representantes da sociedade civil participando da elaboração de políticas públicas municipais. A maioria deles se reúne mensalmente e tem mandato de dois anos (PMV, 2016).

No âmbito do planejamento urbano, que é o mais intrinsecamente relacionado ao mercado imobiliário por definir as regras para o desenvolvimento de novos ativos imobiliários, a participação popular se dá através do Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (CMPDU). O Plano Diretor de Vitória teve no ano de 2015 o início da sua fase de revisão, coordenada pela PMV.

*v. Liberdade de imprensa*

A organização *Reporters Without Borders* mede, em nível de nação, um índice de liberdade de imprensa. Na sua última publicação em 2015, o Brasil se colocou em 99º lugar.

Com ameaças, ataques físicos durante manifestações, e assassinatos, Brasil é um dos países da América Latina mais perigosos para jornalistas. A proteção de repórteres é dificultada pela ausência de um mecanismo nacional para este fim e pelo clima de impunidade alimentada pela corrupção. A propriedade das empresas de mídia continua muito concentrada, especialmente nas mãos de famílias de grandes industriais que frequentemente estão relacionados com a classe política (Reporters Without Borders, 2015).

*vi. Transparência*

Em nível municipal no Brasil existe o Índice de Transparência, mensurado regularmente pelo Ministério Público Federal (MPF). O Índice de Transparência avalia os portais de transparência de estados e municípios, com o objetivo de medir o grau de cumprimento da legislação, por parte destes municípios e estados. A mensuração e publicação do Índice de

Transparência é uma ferramenta utilizada para tentar coibir a prática da corrupção e não é necessariamente um reflexo direto do nível de corrupção praticado.

De acordo com o Ranking Nacional da Transparência 2015 divulgado pelo MPF, o município de Vitória ocupa o 14º lugar entre as capitais dos estados.

#### **4.3.2 Capacidade institucional**

##### *i. Qualidade, eficácia e longevidade das instituições locais*

Uma cidade resiliente tem instituições locais de boa qualidade, incluindo órgãos governamentais, associações, institutos, *think-tanks*, ONGs, cujas finalidades envolvem responder a eventos de agressão à cidade como tempestades, secas, surtos de poluição, epidemias, casos de corrupção, injustiça social e vandalismo (GROSVERNOR, 2014). Elas devem reagir em tempo hábil aos eventos de agressão à cidade e as suas respostas devem produzir bons resultados.

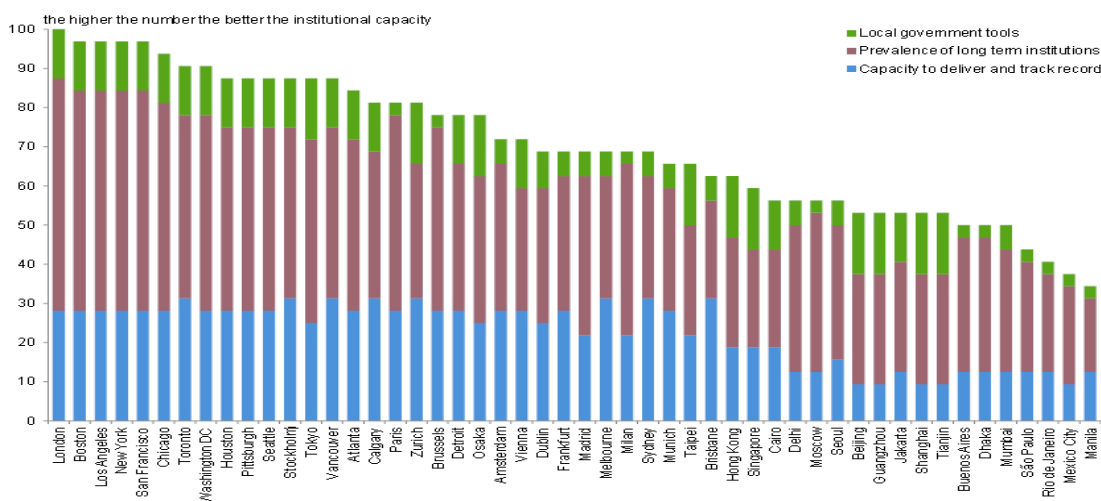
É importante também que tais instituições sejam estáveis ao longo do tempo, com ciclos de gestão independentes dos ciclos de mandatos políticos (GROSVERNOR, 2014).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fez um estudo no ano 2000 sobre a qualidade institucional dos municípios, produzindo uma nota de 1 a 6 para cada município estudado. O índice levou em consideração o grau de participação popular na administração do município, a capacidade financeira e gerencial do município. Neste estudo Vitória ficou em 10º lugar no ranking dos 5.507 municípios estudados.

Segundo Lira (2014), a RGMV passa por diversos processos que tendem intensificar expressivamente sua realidade institucional e urbana, estando submetida a diferentes relações de ordem política, econômica e social.

Na escassez de avaliações mais recentes sobre as instituições locais do município de Vitória, é interessante observar o resultado consistentemente ruim que outras cidades brasileiras, a exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, obtiveram quando comparadas com outras cidades do mundo. Em estudo realizado pela Grosvernor, em 2014, incluindo 50 cidades de importância mundial, Rio de Janeiro e São Paulo ficaram entre as 4 piores cidades quanto à sua qualidade institucional.

Figura 7 - Capacidade Institucional de 50 cidades de importância mundial



Fonte: Grosvenor, 2014

### 4.3.3 Gestão de desastres e planos de emergência

#### i. Instrumentos de planejamento

O IBGE realizou, em 2013, a mais atualizada Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) nas prefeituras dos 5.570 municípios brasileiros, cobrindo a capacidade desenvolvida pelos municípios de se planejarem e se prevenirem contra riscos de enchentes e deslizamentos de terras.

De acordo com o IBGE, Vitória apesar de já contar com um Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), ainda carece de uma lei de uso e ocupação do solo que contemple a prevenção de enchentes e deslizamentos de terras.

Outra deficiência do município é a falta de um Plano de Saneamento Básico que contemple o abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

A tabela a seguir faz uma comparação entre Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo quanto aos Instrumentos de Planejamento avaliados pelo IBGE.

Tabela 5 - Instrumentos de Planejamento

5.5 Instrumentos de planejamento	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
O município possui como instrumento de planejamento	Sim	Sim	Sim
Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Sim	Sim	Sim
Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Não	Não	Sim
Lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Não	Não	Não
Plano Diretor que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas	Sim	Sim	Sim
Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas	Não	Sim	Sim
Lei específica que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas	Não	Sim	Não
Plano Municipal de Redução de Riscos	Sim	Sim	Sim
Carta geotécnica de aptidão à urbanização	Sim	Não	Sim
Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de abastecimento de água	Não	Sim	Sim
Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de esgotamento sanitário	Não	Sim	Sim
Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Não	Sim	Sim
Plano de Saneamento Básico contemplando o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2013, grifos nossos.

ii. *Gestão de riscos de enchentes*

Quanto ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas, o IBGE avaliou os itens como “não aplicáveis” a Vitória. Resta, portanto, uma investigação mais aprofundada para entender o porquê. Hipóteses podem, por exemplo, por tais incumbências terem ficado sob a responsabilidade da Região Metropolitana ou do Estado ou por Vitória, pelas suas características de tamanho, população etc. a não se enquadrar em legislação que obrigue o município a dispor de tais instrumentos de gestão.

A tabela a seguir faz uma comparação entre Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo quanto aos instrumentos de gestão de riscos de enchentes.

**Tabela 6 - Gestão de Riscos de Enchentes**

<b>5.6 Gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas</b>	<b>Vitória</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>São Paulo</b>
Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas as áreas urbanas possuem	Não sabe informar	Sim	Sim
Mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações	Não aplicável	Sim	Não
Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco	Não aplicável	Sim	Sim
Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	Não aplicável	Não	Sim
Plano de Contingência	Não aplicável	Sim	Sim
Projetos de engenharia relacionados ao evento	Não aplicável	Sim	Sim
Sistema de alerta antecipado de desastres	Não aplicável	Sim	Sim
Cadastro de risco	Não aplicável	Não	Não
A partir dos estudos e mapeamentos realizados, qual a quantidade de cursos d'água sujeitos aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas nas áreas urbanas	Não aplicável		Não sabe informar 40
A partir dos estudos e mapeamentos realizados, qual a estimativa de população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas nas áreas urbanas	Não aplicável	Não sabe informar	Não sabe informar

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2013, grifos nossos.

iii. *Gestão de riscos de deslizamento de terra*

De acordo com o IBGE, quanto ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamento de encostas, Vitória conta com uma boa coordenação por parte do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil Municipal para respostas a emergências, mas por outro lado carece de iniciativas de prevenção e planos de contingência.

A tabela a seguir traz uma comparação entre Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo quanto aos instrumentos de gestão de riscos de deslizamentos de terras.

Tabela 7 - Gerenciamento de Riscos de Deslizamentos de Terras

5.7 Gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamento de encostas	Vitória	Rio de Janeiro	São Paulo
Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, as áreas urbanas	Sim	Sim	Sim
Mapeamentos de áreas de risco em encostas	Sim	Sim	Sim
Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco	Não	Sim	Sim
Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres	Não	Não	Sim
Plano de Contingência	Não	Sim	Sim
Projetos de engenharia relacionados ao evento	Sim	Sim	Sim
Sistema de alerta antecipado de desastres	Não	Sim	Sim
Cadastro de risco	Sim	Sim	Não
A partir dos estudos e mapeamentos realizados, qual a estimativa de população vulnerável aos eventos de escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas		450	250.000
A população vulnerável aos eventos de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas ou escorregamentos ou deslizamentos de encostas nas áreas urbanas do município está inscrita em algum cadastro de programas	Sim, parte da população	Sim, parte da população	Sim, parte da população
Cadastro habitacional municipal	Sim	Sim	Sim
Cadastro habitacional estadual	Não	Não	Não
Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	Não	Não	Não
Outro cadastro	Sim	Não	Não
Em relação à gestão de riscos e resposta a desastres, existe no município	Sim	Sim	Sim
Unidade do Corpo de Bombeiros	Sim	Sim	Sim
Coordenação Municipal de Defesa Civil	Sim	Sim	Sim
Total do pessoal ativo, incluindo terceirizados		12	202
Total do pessoal ativo nível superior		7	54
Total do pessoal ativo nível auxiliar e médio		5	148
Núcleos Comunitários de Defesa Civil	Sim	Sim	Sim
Quantos		0	806
Defesa Civil Municipal com carreira própria	Não	Não	Não
Outra estrutura para atuar na prevenção de riscos e respostas a desastres	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2013

#### 4.3.4 Estruturas de *funding*

No portal de transparência da PMV é possível consultar as receitas previstas e realizadas de cada ano, classificadas por categoria econômica. Para o ano de 2015 foi prevista uma receita total de R\$ 1,69 bilhões e foram realizados R\$ 1,38 bilhões.

A partir dos dados disponíveis para consulta é possível constatar que as fontes de receitas do município são pouco diversificadas. As maiores contas são as receitas intergovernamentais (União e outros estados) que somaram para o ano de 2015 aproximadamente 50% da receita total realizada e as receitas tributárias, que somaram aproximadamente 40%.

Como fonte de recursos internacionais para o ano de 2015, figuraram como realizados apenas R\$ 9,96 milhões advindos de operação de crédito com o *Bid Prociudades*, programa internacional que financia ações de investimentos municipais em infraestrutura básica e social com verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A quantia é de baixíssima significância em relação ao orçamento global realizado para o mesmo ano de R\$ 1,38 bilhões.

Figura 8 – Receitas com Operações de Crédito incluindo o BID Prociudades - PMV 2015

Valores para a unidade PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA no exercício de 2015 na periodicidade Anual

#### Receita por Categoria Econômica

Clique na categoria para visualizar o desdobramento

[exportar para pdf](#) [exportar para planilha](#) [exportar para texto](#)

Histórico de Navegação: 2.0.00.00.00 > 2.1.00.00.00 >

Número	Nome	Previsão	Lançamento	Receita
2.1.10.00.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	65.547.081,00	0,00	7.228.327,06
2.1.20.00.00	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00
2.1.23.00.00	OUTRAS OP. CRÉDITO EXTERNAS - BID PROCIDADES	14.841.527,00	0,00	9.966.964,69
		80.388.608,00	0,00	17.195.291,75

Fonte: PMV, 2016



Quanto a transferências correntes de instituições privadas, foram previstos R\$ 17,7 milhões de receita para o orçamento de 2015 porém nada foi realizado.

**Figura 9 - Transferências Correntes Incluindo as de Instituições Privadas - PMV ano 2015**

Valores para a unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA no exercício de 2015 na periodicidade Anual.

**Receita por Categoria Econômica**  
 Clique na categoria para visualizar o desdobramento  
 exportar para pdf    exportar para planilha    exportar para texto

Histórico de Navegação: 1.0.00.00.00 > 1.7.00.00.00 >

Número	Nome	Previsão	Lançamento	Receita
1.7.20.00.00	TRANSFER. INTERGOVERNAMENTAIS	726.448.664,00	0,00	686.354.283,74
1.7.30.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	17.715.164,00	0,00	0,00
1.7.50.00.00	RECURSOS DO FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	3.555.816,00	0,00	1.291.759,97
1.7.60.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	55.779.446,00	0,00	9.215.644,58
		803.499.090,00	0,00	696.861.688,29

Fonte: PMV, 2016

Não foi encontrado nenhum registro ou notícia de operações de crédito a partir de emissão de títulos da dívida pública municipal de Vitória. Um projeto de lei do atual Prefeito de Vitória, Luciano Rezende, com o objetivo de negociar créditos da dívida ativa municipal, foi reprovado em 2015. De acordo com o deputado federal Lelo Coimbra (2015), em todos os lugares onde esse processo de securitização começou a ser implantado, como São Paulo, Distrito Federal e Belo Horizonte, a medida foi alvo de questionamentos jurídicos.

#### 4.3.5 Tecnologia e sistemas de monitoramento

##### *i. Parceria com sistemas internacionais de monitoramento*

Não foram encontradas evidências de que o município de Vitória tenha parcerias com sistemas internacionais de monitoramento de grandes eventos de impacto ambiental, tais quais de atividade sísmica, de meteorologia dos oceanos e de explosões nucleares.

##### *ii. Sistemas nacionais de monitoramento*

O município de Vitória é monitorado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), vinculado à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento (SEPED), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O CEMADEN tem por objetivo desenvolver, testar e implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis de todo o Brasil. Tornou-se operacional em 02 de dezembro de 2011, emitindo alertas para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD). A equipe do CEMADEN opera numa Sala de Situação com capacidade para 25 operadores, que dispõe de *videowall*, gabinete de crise com sistema de telepresença, modernos computadores e sistema de emergência para fornecimento de energia elétrica (CEMADEN, 2016).

iii. *Produção de tecnologia*

Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, 2013) mostram que dentre os investimentos dos governos estaduais da Região Sudeste, o Estado do Espírito Santo tem uma baixa contribuição com os investimentos em ciência e tecnologia.

**Tabela 8 - Dispendios dos governos estaduais em ciência e tecnologia, 2010-2013**

(em milhões de R\$ correntes)

Unidades da Federação	2010	2011	2012	2013
<b>Total Sudeste</b>	<b>6.936,8</b>	<b>8.487,9</b>	<b>9.514,4</b>	<b>10.590,9</b>
Espírito Santo	85,2	116,2	144,8	143,2
Minas Gerais	557,0	662,9	733,0	701,1
Rio de Janeiro	685,2	800,9	844,3	960,0
São Paulo	5.609,4	6.908,0	7.792,3	8.786,7

Fonte: MCTI, 2013

Mesmo levando em conta a proporção dos investimentos em relação às receitas totais dos governos estaduais, o Espírito Santo tem a mais baixa contribuição entre os estados do Sudeste.

**Tabela 9 - Dispendios em ciência e tecnologia dos governos estaduais em relação às suas receitas, 2010-2013**

(em percentual)

Regiões e Unidades da Federação	2010	2011	2012	2013
<b>Sudeste</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>
Espírito Santo	0,7	0,8	1,1	0,8
Minas Gerais	1,2	1,2	1,1	0,9
Rio de Janeiro	1,3	1,4	1,3	1,3
São Paulo	3,8	4,3	4,5	4,5

Fonte: MCTI, 2013

Outro indicador que mostra a baixa contribuição do Espírito Santo na inovação, ciência e tecnologia é o volume de investimentos proveniente da sua indústria. Segundo o IBGE, no período 2009 – 2001 a indústria espírito-santense dispendeu R\$ 47 milhões em atividades de pesquisa e desenvolvimento enquanto o valor total para a indústria brasileira somou R\$15 bilhões.

## 5. CONCLUSÃO

A concepção de resiliência aplicado às cidades se apresenta ao investidor imobiliário como mais um aspecto a ser levado em consideração na escolha da alocação de seus recursos. Uma cidade resiliente, leia-se menos vulnerável e mais adaptável, é indicativo de opção de investimento mais seguro. Dessa forma, é o investidor de perfil mais conservador que levará em consideração a resiliência urbana.

O estudo revela que os aspectos que implicam em maior ou menor resiliência são vários e seu levantamento complexo. É apenas com a consolidação do conceito e o amadurecimento das

pesquisas que o investidor imobiliário poderá contar com mais esse instrumento em seu processo decisório.

No caso específico da resiliência da cidade de Vitória, a partir do levantamento feito e aqui sistematizado e na dificuldade de elencarmos critérios objetivos de mensuração quantitativa, a análise qualitativa nos permite sugerir que existem boas condições para que a cidade se enquadre em um médio nível de vulnerabilidade e também baixo grau de adaptabilidade.

## 6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água*. Brasília, 2015.

ALMEIDA, M. H. T. de; CARNEIRO, L. P. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Opinião Pública*, v.9, n.1, Campinas, mai 2003.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTA DE DESASTRES NATURAIS CEMADEN. *Operação e Modelagem, site institucional do CEMADEN*, São Paulo, 2016?.

COIMBRA, L. *OAB e advogados públicos reprovam projeto de securitização em Vitória*. Site do deputado federal Lelo Coimbra, Espírito Santo, mai. 2015.

DATASUS. *Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município: Período: 1991, 2000 e 2010*. Ministério da Saúde, Brasil, 2011.

DOROCHE, M.R.; ANSHAU, C. T. Oferta de Energia Elétrica no Brasil. *Revista Tecnológica*, Chapecó: UCEFF Faculdades, v.2, n.1, 2015.

FOLHA VITÓRIA. *Poluição do ar na Grande Vitória aumenta, revela pesquisa do IBGE*. Vitória, 19 jun. 2015.

FRAIHA, P. S. Indicadores de Percepção da Corrupção: Variações sob o Efeito dos Meios de Comunicação e Comportamento Político. *PMKT Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing*. São Paulo, Brasil, v. 15, p. 59-76, out. 2014.

FRANCO, L. *Site custodevida.com.br*, 2016. Disponível em: <http://www.custodevida.com.br/comparar/sp-sao-paulo/es-vitoria/>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO ES. *Mapas: Vitória - Área Urbana*. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo, Espírito Santo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Área Territorial Oficial - Consulta por Município*. Brasil, s/d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 19 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Brasil, 2015. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Perfil dos Municípios Brasileiros 2013*, Brasil, 2013?. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 26 mar. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. *Participação Popular - A construção da democracia participativa. Desafios do Desenvolvimento*, ano 8, ed. 65, São Paulo, 2011.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. *Déficit Habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico*. Vitória, ES, 2015, 52p.

JOURNALISM ++. *World Press Freedom Index 2014*, Porto, 2014. Disponível em: <[https://rsf.org/index2014/data/index2014\\_en.pdf](https://rsf.org/index2014/data/index2014_en.pdf)> . Acesso em: 21 fev. 2016.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; ZOIDO-LOBATÓN, P. *Governance Matter II – Updated Indicators for 2000/01*. World Bank, Policy Research Working Paper No. 2772, Washington, D.C., 2002.

LIRA et al (eds). *Vitória: Transformações na Ordem Urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014. (Série Estudos Comparativos).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. *Indicadores: Governos Estaduais*, 2013. Site institucional. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/2065/Governos\\_estaduais.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/2065/Governos_estaduais.html)> . Acesso em: 26 mar. 2016.

MIRANDA, C. L. Centro da Grande Vitória: Vitória Conexão. *ArteCidade MG-ES*, PUC-SP: São Paulo, 2003.

MUEHE, D. Brazilian coastal vulnerability to climate change. *PANAMJAS Pan-American Journal of Aquatic Sciences*, v.5, n.2, 2010.

NETO et al. Mapeamento espaço-temporal da expansão urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória no período de 1991 a 2009, no estado do Espírito Santo. *Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.0714 – 0721..

NOBRES et al. Entenda o que é o pó preto que polui o ar e o mar de Vitória há anos. *GI ES*, Vitória, 26 jan. 2016.

OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE. *Voice for accountability: citizens, the state and realistic governance*. Reino Unido, Briefing Paper 31, dez 2007. 4p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Conselhos Municipais*. Site da Prefeitura Municipal de Vitória, 2016.

\_\_\_\_\_. *Plano De Contingência Do Município De Vitória (ES)*. Vitória, jul. 2007. Disponível em: [http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20090911\\_plano\\_defesa\\_civil.pdf](http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20090911_plano_defesa_civil.pdf). Acesso em: 13 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Plano Municipal de Redução de Risco de Vitória – ES*. Vitória, out. 2007.

\_\_\_\_\_. *Prefeitura de Vitória - Defesa Civil*. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/defesa-civil> >. Acesso em: 13 mar. 2016.

---

\_\_\_\_\_. *Receita por Categoria Econômica*, Transparência Vitória, 2015.

REPORTERS Without Borders. *Brazil*, 2016. Disponível em: <<https://rsf.org/en/brazil>> . Acesso em: 25 mar. 2016.

SANTOS, J. P. *Memória e patrimônio cultural de Vitória, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade*. Monografia. 2014. 75f. Monografia (Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SECOVI-SP; FDC. *Indicadores de Sustentabilidade no Desenvolvimento Imobiliário Urbano*. São Paulo, 2011.

SERBENA et al. Justiça em números: uma análise comparativa entre os sistemas judiciais brasileiro e de países europeus. *Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico*, n° 8, p. 73-92, 2013.

SIMÕES, R. C. Corrupção e opinião pública no Espírito Santo. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL/UFES, 2013, p. 1-16.

SOARES T. Aumento do Nível do Mar e a Cidade de Vitória. *Páginas Ambientais – o que há de interessante sobre meio ambiente*, 9 dez. 2009.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Corruption Perceptions Index 2015*. Disponível em: <<https://www.transparency.org/cpi2015#results-table>> . Acesso em: 20 mar. 2016.

TRATA BRASIL Saneamento é Saúde; GO Associados. *Baixo avanço do saneamento básico nas maiores cidades brasileiras compromete universalização nos próximos 20 anos*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/release-ranking-2014.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

WORLD BANK. *Worldwide Governance Indicators*. Washington, 2015. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#reports>>. Acesso em: 21 fev. 2016.